

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MTb/UFPel

O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO ANUAL 2016

Equipe técnica do Acordo de Cooperação MTb/UFPel:

Coordenador:

Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Sub-Coordenador:

Hilbert David de Oliveira Sousa

Pesquisadoras bolsistas:

Agnes Martha da Silva
Ana Cristina Porto Fabres
Franciely Costa Braga
Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, agosto de 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
1. CONTEXTO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO	10
2. CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO	13
3. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL	20
4. A ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO	22
5. A MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO	23
6. OCUPAÇÕES MAIS MOVIMENTADAS	24
7. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS	25
8. RENDIMENTOS DA MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL	28
8.1. Rendimentos médios totais.....	28
8.2. Rendimentos médios por setores.....	28
8.3. Rendimentos médios segundo o perfil dos trabalhadores	29
8.4. Faixas de rendimento das movimentações	32
CONCLUSÕES	33
NOTA METODOLÓGICA	36

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem como objetivo apresentar as principais características do mercado formal de trabalho do estado do Rio Grande do Sul, focalizando sua análise em aspectos estruturais e conjunturais. Com isso, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as transformações do trabalho em nível regional, criando-se condições para estimular o debate público sobre esse tema e qualificar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Nas sociedades modernas e contemporâneas, o trabalho e o emprego são atividades importantes não só para garantir o acesso a um rendimento econômico que assegure a subsistência material das pessoas e de seus grupos familiares, mas também para assegurar um conjunto de direitos, proteções e reconhecimento social.

Nesse sentido, o trabalho está diretamente relacionado à cidadania, ao pertencimento a uma comunidade política. Portanto, o bem-estar material e psicológico, a segurança, o pertencimento e a identidade social, a participação na vida coletiva e no espaço público são dimensões que estão em jogo quando se trata de pensar a importância do trabalho. O “trabalho decente”, nestes termos, torna-se uma preocupação em escala global, cada vez mais assumida por agências internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho.

Ao mesmo tempo, nessa mesma perspectiva, a preocupação com a sustentabilidade ambiental torna-se igualmente hegemônica, o equilíbrio e o respeito na relação com a natureza assumindo uma importância crucial na definição das estratégias de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, portanto, torna também central a preocupação com os “empregos verdes”.

Por tudo isso, o poder público, em todas as suas instâncias, tem uma importante responsabilidade no sentido de assegurar o acesso das pessoas a esses direitos, proteções e bem-estar. A investigação e a análise dos mercados locais de trabalho tornam-se, pois, importantes ferramentas de monitoramento das condições de vida dos cidadãos e de reflexão, avaliação, planejamento e implementação de ações de responsabilidade do Estado em todos os seus níveis.

Por essas razões é que o Observatório Social do Trabalho, projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas e integrante da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Ministério do Trabalho (MTb), apresenta este Relatório, que é um dos produtos que fazem parte de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb) e a Universidade Federal de Pelotas em outubro de 2015.

O Acordo tem como objetivo apoiar os Observatórios do Trabalho¹ e, com isso, assegurar condições para um adequado monitoramento de mercados locais de trabalho, bem como ampliar o diálogo com gestores, com vistas à qualificação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Com essa experiência, espera-se estimular uma ação cada vez mais qualificada, profissional e participativa dos atores sociais envolvidos.

Pelotas, agosto de 2017.

Coordenação e Equipe técnica
Observatório Social do Trabalho (IFISP/UFPel)

¹ O mesmo acordo de cooperação também foi firmado com outras universidades públicas federais, tais como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho passou por profundas transformações nas últimas décadas. Nos anos 70 e 80 do século passado, em um contexto de crise capitalista de abrangência mundial, as grandes empresas realizaram profundas mudanças em suas formas de gestão e organização do trabalho e da produção. Um novo paradigma produtivo foi gestado e colocou em xeque os princípios fordistas vigentes, as formas de regulação típicas do Estado de bem-estar social e suas políticas públicas. Nesse processo, uma revolução tecnológica promoveu uma crescente incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação aos processos de produção e de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva, de incorporação de novas tecnologias e de mudanças nas formas de regulação do Estado provocou impactos devastadores sobre o mercado de trabalho. Por um lado, ocupações, profissões e setores inteiros, da economia foram eliminados ou passaram por profundas mudanças que alteraram o perfil dos trabalhadores requisitados, suas qualificações e suas competências.

O enxugamento das empresas e a flexibilização dos processos produtivos implicou também em uma crescente flexibilização do trabalho e das relações de trabalho, bem como das formas de contratação dos trabalhadores. As terceirizações e subcontratações e a ideia de uma nova cultura do trabalho, baseada na autonomia e no empreendedorismo, ocuparam um espaço cada vez maior nesse cenário profundamente renovado.

Por outro lado, o crescimento do desemprego estrutural passou a pautar o debate sobre as transformações do mundo do trabalho e sobre as políticas públicas. Alguns autores anunciaram o fim do trabalho e a necessidade de repactuar as formas de proteção social, já que, historicamente, elas sempre estiveram alicerçadas no emprego formal como mecanismo fundamental de pertencimento e de acesso a direitos.

A insegurança e a precariedade decorrentes das transformações do mundo do trabalho passaram a fazer parte, igualmente, do debate público. A tensão entre a necessidade de mais flexibilidade para as empresas, face à concorrência acirrada no mercado internacional, e de mais segurança para os trabalhadores, dada a precariedade social crescente, passou a balizar os conflitos políticos e as lutas sociais durante esse período.

No Brasil, o quadro não foi muito diferente, a não ser pelo fato de termos herdado do longo período de expansão industrial e capitalista, entre 1930 e 1980, um elevado grau de precariedade estrutural do trabalho, marcado, sobretudo, por empregos de baixa qualidade, por baixo nível de proteção social e por elevada informalidade. A expansão do emprego assalariado protegido, base da proteção social e trabalhista na Europa e nos países mais desenvolvidos, ocorreu de forma limitada no Brasil, convivendo-se, aqui, com as formas de trabalho autônomas, individualizadas e informais.

Igualmente no Brasil, o processo de reestruturação produtiva, sobretudo nos anos de 1990, provocou impactos profundos e duradouros sobre o mercado de trabalho, com a elevação do desemprego e da informalidade. Todavia, nesse período, as bases de sustentação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda foram fortalecidas com a consolidação dos fundos públicos destinados ao financiamento dessas políticas. Apesar disso, essas políticas careciam, e carecem ainda hoje, de melhor estruturação e articulação entre si, o que se revela um enorme desafio para o Estado e seus gestores.

Nos anos 2000, a conjuntura econômica do país começou a se modificar de forma significativa, com sinais evidentes de recuperação e crescimento da economia, sobretudo a partir da segunda metade da década. Um cenário virtuoso começa a se desenhar nesse período no que concerne ao mercado de trabalho, que combina crescimento econômico com expansão do emprego formal protegido e redução do desemprego e da informalidade. Esse cenário se prolonga até 2014, quando os sinais de crise econômica retornam e os principais indicadores de mercado de trabalho passam a piorar. Com isso, o cenário de redução do emprego protegido e de crescimento do desemprego ressurgiu e passa a desafiar novamente as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Desta forma, este relatório pretende contribuir para a compreensão e o monitoramento detalhado do cenário atual de crise do mercado de trabalho. Sua abordagem, de característica essencialmente conjuntural e focada na evolução recente do mercado formal de emprego (mas com uma contextualização das transformações estruturais), apoia-se em um conjunto de princípios teóricos e conceituais a seguir explicitados.

O mercado de trabalho apresenta-se, inicialmente, como um espaço social de trocas entre ofertantes e demandantes de força de trabalho. Porém, não se trata de um espaço entre sujeitos iguais, mantendo relações simétricas. Trata-se, isto sim, de um espaço fortemente estruturado social, econômica, política e culturalmente.

Nestes termos, o mercado de trabalho deve ser sociologicamente analisado como um espaço condicionado por outras dimensões da vida social, pelas regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas consolidadas no passado, pelas relações, conflitos e lutas entre seus atores, e pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente a prática desses atores.

Esse conjunto de dimensões não são fáceis de serem apreendidas e analisadas quando se trata de investigar o mercado de trabalho. O que se objetiva neste relatório é identificar algumas dessas dimensões, sobretudo a partir dos indicadores estatísticos de mercado de trabalho. No entanto, é preciso sublinhar que esses indicadores têm um alcance limitado e permitem captar apenas alguns aspectos desse complexo fenômeno social.

Assim sendo, esses indicadores devem ser considerados, primeiramente, como um conjunto limitado de informações sobre o mundo do trabalho e suas relações. Em segundo lugar, como um conjunto de indícios que auxiliam a reconstituir as práticas e relações sociais nesse mercado. Nesse sentido, os indicadores não “falam por si mesmos”, pois são necessários quadros teóricos de referência a partir dos quais se levantam e interpretam os dados disponíveis.

Este relatório não pretende limitar nem o número e a abrangência de indicadores, nem tampouco os quadros interpretativos que estabeleçam o seu significado. O que se objetiva é apresentar um ponto de partida e um ponto de vista particular sobre o mercado de trabalho, que sirvam como base para um diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Mas, quais seriam as dimensões significativas a serem consideradas em uma análise inicial dos mercados locais de trabalho?

Em primeiro lugar, sendo o mercado de trabalho um espaço social de troca entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, considera-se necessário caracterizar, inicialmente, a estrutura da demanda, o que implica em descrever características das empresas, estabelecimentos e setores da atividade econômica.

Historicamente, em geral, a dinâmica de acumulação capitalista levou a formação de grandes empresas e à redução da participação do trabalho agrícola. Após um processo de expansão, tivemos um recuo das atividades industriais, seguido de um forte crescimento dos serviços. Porém, essa dinâmica nunca se mostrou homogênea em escala internacional, nacional ou regional, de forma que o que tivemos foi a convivência de pequenos e grandes estabelecimentos com processos de industrialização/desindustrialização mais ou menos diferenciados. Trata-se, pois, de mapear essa estrutura econômica, ou seja, de identificar a dinâmica de geração/perda de empregos no âmbito dessa estrutura que sabemos diferenciada e heterogênea.

Em segundo lugar, sendo, ainda, o mercado de trabalho um espaço de relações sociais mediadas por um conjunto de regras e normas cristalizadas nos direitos, proteções e instâncias de negociação, torna-se relevante caracterizar essas relações pela natureza dos vínculos estabelecidos, por sua dinâmica de admissão e desligamento, bem como pelas condições de duração dos contratos e de remuneração dos trabalhadores. Essas características oferecem um quadro bastante nítido da natureza das relações de trabalho no mercado de trabalho.

Finalmente, sendo o mercado de trabalho um espaço de produção de relações sociais, isto é, de relações que não são apenas estritamente econômicas, orientadas apenas segundo o intuito de maximização dos interesses individuais e/ou empresariais, mas fundamentadas em crenças, valores e sentimentos, presume-se que elas possam se constituir em um importante vetor de produção e reprodução de desigualdades sociais, de tal forma que diferentes grupos e categorias apresentem

acesso desigual aos recursos distribuídos nesse mercado, tais como rendimentos ou outros benefícios específicos.

Nesse sentido, os indicadores analisados permitem traçar não apenas um perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas os níveis de desigualdades nele observáveis, de forma que se possa diagnosticar a existência de grupos sociais mais ou menos vulneráveis. Cabe ressaltar que tais grupos sociais podem se constituir em públicos alvos específicos de políticas públicas, o que de fato já ocorre em alguns casos, como dos jovens e o programa do primeiro emprego, por exemplo.

Este relatório, portanto, pretende identificar qual tem sido a dinâmica recente e conjuntural de criação/destruição de empregos formais, dado o cenário atual de crise pelo qual passa a economia brasileira. Para tanto, busca-se caracterizar essa dinâmica de movimentação dos vínculos formais em termos setoriais e traçar um perfil dos vínculos movimentados.

Assim sendo, o relatório inicia por uma contextualização histórica, econômica e demográfica, bem como uma contextualização do próprio mercado local de trabalho, a fim de que se possa ter parâmetros mais adequados para interpretar os dados da dinâmica conjuntural recente do emprego formal.

Em termos metodológicos, este relatório utiliza-se das bases de dados do Ministério do Trabalho (MTb), sobretudo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para o esforço de contextualização histórica, econômica e demográfica e do mercado local de trabalho, o relatório utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - outra base do Ministério do Trabalho -, dos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados sobre as contas regionais, publicados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado de Rio Grande do Sul em conjunto com o IBGE.

As bases do Ministério do Trabalho são fontes administrativas de informações prestadas pelos estabelecimentos e restringem-se ao âmbito do emprego formal e registrado. A RAIS é uma base de dados anual que possibilita uma caracterização completa do estoque total de empregos formais celetistas e estatutários.

Já o CAGED é uma base de dados mensal que permite captar a movimentação (admitidos e desligados) de vínculos formais celetistas, não abrangendo o emprego público estatutário. Em ambas as bases é possível traçar um perfil completo dos vínculos em termos de atributos pessoais (sexo, faixa etária, escolaridade), características setoriais e ocupacionais, bem como segundo os níveis de remuneração.

Com o uso dessas duas bases é possível dimensionar a dinâmica do emprego formal, identificar o crescimento ou redução na criação de postos de trabalho, bem como segundo as características setoriais e ocupacionais, a natureza dos vínculos, os tipos de movimentação, a remuneração, dentre outras variáveis.

Apesar da riqueza de informações, essas fontes administrativas do Ministério do Trabalho (RAIS e CAGED) não captam as características do nível de atividade do conjunto da força de trabalho, nem situações de trabalho ou emprego informal (não registrado), nem tampouco permitem dimensionar o desemprego ou desocupação. Essas variáveis são acessíveis apenas através dos censos e das pesquisas domiciliares, anuais ou trimestrais, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tais como a PNAD e PNAD contínua.

Neste Relatório, serão apresentados apenas os dados estruturais mais abrangentes sobre o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. Os dados conjunturais da PNAD contínua não serão objeto de análise neste primeiro momento. Em outra ocasião, pretende-se comparar os indicadores mais gerais sobre mercado de trabalho no Rio Grande do Sul (atividade, ocupação total, desemprego), com os indicadores de emprego formal aqui tratados.

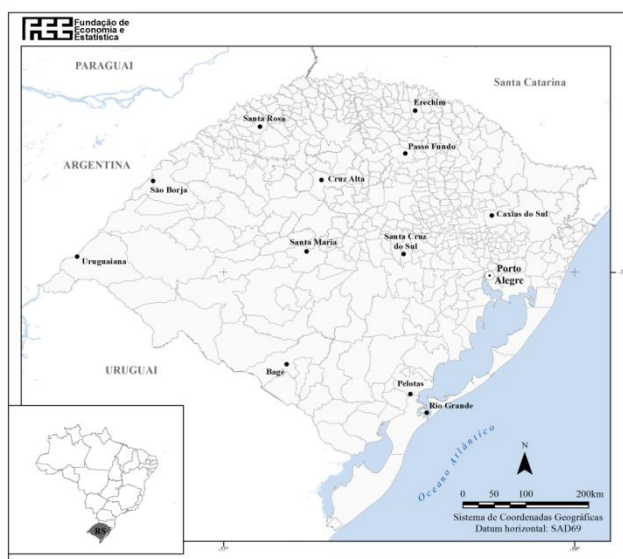
O presente Relatório está dividido em oito seções. Nas duas primeiras seções, apresenta-se uma contextualização, demográfica e econômica (seção 1) do Estado do Rio Grande do Sul, bem como de seu mercado de trabalho (seção 2), identificando-se suas principais características estruturais nos últimos quinze anos. A seguir, das seções 3 a 8, apresenta-se uma caracterização da conjuntura do emprego no Estado, tomando como referência os dados do CAGED referentes à movimentação do emprego formal celetista no ano de 2016. Assim, temos os dados de movimentação (admissões, desligamentos e saldos) totais, mensais e setoriais, e de estoques totais e setoriais (seções 3, 4 e 5), ocupações mais movimentadas (seção 6), perfil dos vínculos movimentados em termos de sexo, idade e grau de instrução (seção 7), bem como dados sobre rendimentos das movimentações (seção 8).

1. CONTEXTO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Rio Grande do Sul possui uma área territorial de 281.737,947 Km², 497 municípios e capital situada no município de Porto Alegre. De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010, o estado contava com uma população total de 10.693.929 habitantes, 85,1% da qual vivia em zonas urbanas. As populações rural e urbana eram de 1.593.638 e de 9.100.291 habitantes, respectivamente, naquele ano. Ainda segundo o IBGE, a população estimada do Estado, para 2016, era de 11.286.500 habitantes.

Quando se analisa a composição da população do Rio Grande do Sul quanto à cor ou raça, conforme o censo demográfico de 2010, constata-se que 83,2% da mesma era formada por pessoas que se declaravam brancas, enquanto que 10,6% se declaravam pardas, 5,6% pretas, 0,3% amarelas e 0,3% indígenas.

Figura 1 – Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte: FEE

Segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS), o Produto Interno Bruto estimado do Estado do Rio Grande do Sul, para 2016, conforme a Tabela 1, era de R\$ 410.276 milhões. Em 2014, o PIB per capita do Rio Grande do Sul foi de R\$ 31.927,00, ocupando o 6º lugar no ranking do PIB per capita entre as unidades federativas. Naquele mesmo ano, o PIB per capita era 12% superior ao PIB per capita do Brasil, de R\$ R\$ 28.500,002.

Analisando-se a evolução do PIB nos últimos anos, ainda conforme a Tabela 1, observa-se que a economia gaúcha cresceu 28,5% entre 2002 e 2016, atingindo seu ápice em 2013 (37,5% de crescimento) e queda desde então. Nos últimos três anos, de 2014 a 2016, o PIB do Rio Grande do

² <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/destaques/>

Sul foi negativo, acumulando uma queda de 6,5%. Em 2014, o PIB permaneceu praticamente estável, registrando um crescimento de -0,3%. Nos anos seguintes, em 2015 e 2016, com a crise instalada na economia brasileira, esse desempenho foi mais negativo, de -3,4% e -3,1%, respectivamente. Enquanto que no período de 2002 a 2010, a economia gaúcha cresceu 23,8%, no período seguinte, de 2010 a 2016, esse crescimento foi de apenas 3,7%.

Analisando-se a evolução da participação do PIB estadual no PIB nacional, ainda conforme a Tabela 1, observa-se que a mesma se manteve estável nos últimos anos e em quase todo o período analisado. O ápice dessa participação ocorreu em 2003, quando era de 6,9%. A partir de 2004, essa participação cai, mantendo-se no patamar de 6,2% até 2014. Nos últimos anos, a participação estimada cresce um pouco, passando a ser de 6,4% (2015) e 6,5% (2016).

Tabela 1 - Produto Interno Bruto, a preço de mercado, índice de volume e participação do PIB no PIB do país, Rio Grande do Sul, 2002-2016.

ANO	VALOR (R\$ milhões)	ÍNDICE DE VOLUME		Part. PIB Brasil
		(2010=100)	Variação (%)	
2002	98.847	100,0	-	6,6
2003	119.325	102,0	2,0	6,9
2004	131.192	105,4	3,3	6,7
2005	136.363	102,5	-2,7	6,3
2006	147.623	106,6	4,1	6,1
2007	168.010	113,8	6,7	6,2
2008	190.230	117,1	2,9	6,1
2009	204.345	115,8	-1,1	6,1
2010	241.249	123,8	6,9	6,2
2011	265.056	129,5	4,6	6,1
2012	287.587	126,7	-2,1	6,0
2013	332.293	137,5	8,5	6,2
2014	357.816	137,2	-0,3	6,2
2015 ¹	383.803	132,5	-3,4	6,4
2016 ¹	410.276	128,5	-3,1	6,5

Fonte: FEE/RS.

Nota da FEE: (1) Estimativas preliminares.

Analisando-se a estrutura setorial da economia gaúcha, a partir da evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) no período de 2010 a 2014, conforme a Tabela 2, constata-se que as atividades de serviços representavam 67,3% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado, em 2014. Essa participação cresceu desde 2010, quando era de 63,7%.

Em 2014, a indústria e a agropecuária representavam, respectivamente, 23,4% e 9,3% do VAB total estadual. Ao longo do período, a participação do setor agropecuário aumentou, posto que era de

8,3% em 2010, enquanto o VAB industrial reduziu sua participação, uma vez que era de 27,9%, em 2010, ocorrendo, portanto, uma redução de 4,5 pontos percentuais.

Tabela 2 - Estrutura do Valor Adicionado Bruto por setores de atividade (%), Rio Grande do Sul, 2010-2014.

SETOR	2010	2011	2012	2013	2014
VAB	100	100	100	100	100
Agropecuária	8,3	8,3	6,6	10,0	9,3
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	5,7	5,8	4,3	7,3	6,5
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	2,0	2,0	1,9	2,3	2,4
Produção florestal; pesca e agricultura	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
Indústria	27,9	27,1	26,6	24,2	23,4
Indústria extrativa	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Indústrias de transformação	20,0	19,2	18,2	17,5	16,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,8	2,4	2,0	1,3	1,2
Construção	5,0	5,4	6,3	5,2	5,1
Serviços	63,7	64,5	66,7	65,7	67,3
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,9	14,3	14,9	15,6	15,0
Transporte, armazenagem e correio	4,3	4,1	4,2	4,0	4,1
Serviços de alojamento e alimentação	1,6	1,6	2,0	1,5	1,7
Serviços de informação e comunicação	2,6	2,7	2,7	2,4	2,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,8	4,6	4,8	4,5	5,0
Atividades imobiliárias	8,4	8,6	9,2	9,3	9,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,8	7,2	7,2	6,5	6,7
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	14,0	13,9	14,0	14,1	14,6
Educação e saúde mercantis	4,2	4,2	4,6	4,7	5,2
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,9	1,8	1,7	1,6
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3

Fonte: FEE, Centro de Indicadores Econômicos e Sociais, Núcleo de Contas Regionais.
IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Vale salientar, ainda, que, dentro do setor de serviços, a administração pública, isoladamente, tem uma importante participação no VAB total, representando 14,6% do mesmo, em 2014. Essa participação teve uma pequena elevação ao longo do período, pois a mesma era de 14,0%, em 2010. Durante esse período, a participação do VAB do comércio ultrapassou a do setor público.

Analisando-se os índices de crescimento do Valor Adicionado Bruto setorial no período de 2010 a 2014, observa-se que a agropecuária e os serviços cresceram acima da média total que foi de 9,8%. Esses dois setores cresceram, respectivamente, 16,1% e 11,3%. Já a indústria cresceu muito abaixo da média, apenas 2,3% nesse período.

2. CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO

A década de 2000 foi um período de transformações significativas no mercado de trabalho, tendo em vista o crescimento da economia brasileira no período, sobretudo na segunda metade da década. Depois de um período de forte desestruturação do mercado de trabalho ao longo dos anos noventa, assiste-se a um cenário inverso, de desprecarização e melhoria dos principais indicadores.

Ao longo da década, segundo dados dos censos demográficos do IBGE, conforme a Tabela 3, a população ocupada teve um crescimento de 22,0%, portanto, bem acima do crescimento da população residente (5,0%) e da população economicamente ativa (12,7%). O emprego com carteira de trabalho assinada cresceu ainda mais, 45,2%, ao passo que o emprego sem carteira de trabalho cresceu apenas 6,3%, abaixo do crescimento do conjunto da ocupação.

Ao mesmo tempo, durante essa década, observa-se a uma forte redução do desemprego. A população desocupada (conforme nomenclatura adotada pelo IBGE), que era de 630.751 pessoas em 2000, foi reduzida para 285.469 pessoas, em 2010 (-54,7%), de modo que a taxa de desocupação despencou de 12,2% para 4,9% nesse mesmo período³.

No entanto, apesar da taxa de informalidade⁴ ter-se reduzido no período, passando de 39,9%, em 2000, para 32,7%, em 2010, elas continuavam elevadas, revelando, ainda, um alto nível de precariedade no mercado de trabalho. Em 2010, eram 1.807.432 pessoas inseridas em ocupações sem contribuição previdenciária, excluídas, portanto, do acesso aos direitos e proteções sociais e trabalhistas. Somando-se essas pessoas em situação de informalidade com aquelas desempregadas, chegava-se a um total de 2.092.901 pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, com risco de fragilização de sua condição social, o que correspondia a 36,0% da população economicamente ativa do Estado, em 2010.

O uso de outros indicadores permite identificar mais precisamente as características do mercado de trabalho no Estado. Segundo o censo demográfico de 2010, o Rio Grande do Sul contava com uma população economicamente ativa de 5.818.585 pessoas e as mulheres representavam 45,2% desse contingente. A taxa total de participação na população ativa era de 62,4%, sendo de 70,7% para os homens e de 54,6% para as mulheres. A população inativa economicamente era de 3.509.111 pessoas, as mulheres representando 62,3% desse total.

³ Em 2010, essas taxas eram de 3,4% entre os homens e de 6,7% entre as mulheres. Apesar de serem minoria entre os ocupados, as mulheres somavam 61,6% dos desocupados. Essas taxas de desocupação também eram particularmente elevadas entre os menores de idade (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 29 anos), de 16,4% e 6,8%, respectivamente. Já entre as pessoas adultas e idosas, essas taxas caíam sensivelmente, sendo de 3,9% (30 a 39 anos), 2,8% (40 a 49 anos), 2,2% (50 a 59 anos), 1,3% (60 a 69 anos) e de 0,6% (70 anos ou mais).

⁴ A taxa de informalidade é calculada dividindo-se o número de ocupados sem nenhuma contribuição previdenciária pelo número total de ocupados e multiplicando-se esse valor por cem.

Ainda segundo o IBGE, em 2010, a população ocupada do Estado do Rio Grande do Sul era de 5.533.116 pessoas, das quais 44,4% eram mulheres. Do total de ocupados, 68,8%, isto é, 3.697.560 pessoas, eram empregados assalariados, seja no setor privado (55,2% do total de ocupados), seja no setor público (8,5% do total de ocupados)⁵, ou, ainda, trabalhando como empregados domésticos (6,0% do total dos ocupados). Cabe ressaltar que um expressivo número de empregados do setor privado (795.390) não possuía sua carteira de trabalho assinada, o que representava 14,4% do total dos ocupados do Rio Grande do Sul e 21,5% do total dos assalariados.

Havia também uma importante participação de outras categorias de trabalhadores ocupados como os trabalhadores por conta própria (25,2% do total dos ocupados), os trabalhadores não remunerados em ajuda a membros do domicílio (2,9% do total dos ocupados), os empregadores (2,6% do total dos ocupados) e os trabalhadores na produção para o próprio consumo (3,5% do total dos ocupados).

Tabela 3 – Indicadores demográficos e de mercado de trabalho, Rio Grande do Sul, 2000 e 2010.

Indicadores	Rio Grande do Sul				
	2000	2010	Var.Abs.	Var.Rel. (em %)	Var. Anual (em %)
População Total	10.181.749	10.693.929	512.180	5,0	0,49
População em Idade Ativa	8.445.139	9.327.696	882.557	10,5	1,00
População Econômica Ativa	5.164.528	5.818.585	654.057	12,7	1,20
População Ocupada	4.533.777	5.533.116	999.339	22,0	2,01
Empregados c/carteira*	1.782.181	2.586.977	804.796	45,2	3,80
Empregados s/carteira	747.991	795.390	47.399	6,3	0,62
Ocupados s/ contribuição prev.	1.809.121	1.807.432	-1.689	-0,1	-0,01
População Desocupada	630.751	285.469	-345.282	-54,7	-7,62
Pop. Não Economicamente Ativa	3.280.611	3.509.111	228.500	7,0	0,68
Taxa de Atividade (em %)	61,2	62,4	1,2	2,0	
Taxa de Desocupação (em %)	12,2	4,9	-7,3	-59,8	
Taxa de Informalidade** (em %)	39,9	32,7	-7,2	-18,1	
Taxa de Vulnerabilidade*** (em %)	47,2	36,0	-11,3	-23,9	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

* Incluídos os trabalhadores domésticos e excluídos os militares e funcionários públicos estatutários.

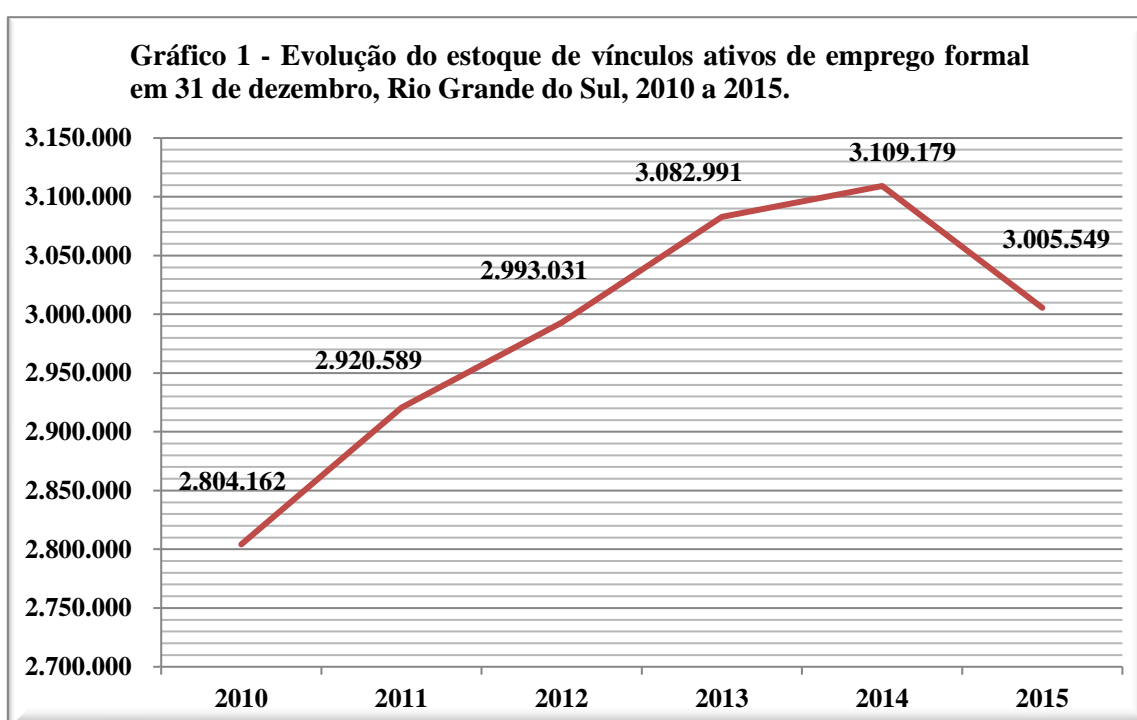
** Percentual dos ocupados que não contribuem para a previdência social em relação ao total da população ocupada.

*** Soma dos ocupados que não contribuem para a previdência social com os desocupados, dividido pela população economicamente ativa e multiplicado por cem.

⁵ Segundo o censo demográfico de 2010, o número total de empregados formais, do setor privado e do setor público, excluindo-se os trabalhadores domésticos desse cálculo, era de 3.368.336 pessoas, 60,9% do total dos ocupados. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fonte administrativa de dados sobre mercado de trabalho baseada na declaração dos estabelecimentos ao Ministério do Trabalho (MTb), o estoque total de empregos formais em 31 de dezembro de 2010 era de 3.005.549 vínculos.

Quanto à estrutura setorial de distribuição dos ocupados no Estado do Rio Grande do Sul, analisando-se os dados do censo demográfico de 2010, constata-se que comércio e serviços concentravam 55,4% da população ocupada. As atividades primárias eram responsáveis por 16,5% dos ocupados, a indústria por 16,7% e a construção por 6,6%.⁶

Em relação à evolução do emprego formal no período recente, conforme dados da RAIS/MTb, mostrados no Gráfico 1, constata-se que o estoque total de vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano, no Rio Grande do Sul, passou de 2.804.162 vínculos, em 2010, para 3.109.179, em 2014, o que representou um crescimento de 10,9% desse estoque⁷. Em 2015, último ano disponível da RAIS, esse estoque caiu para 3.005.549 vínculos, ocorrendo uma perda de 103.630 vínculos, com uma taxa de variação de -3,3%.



Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

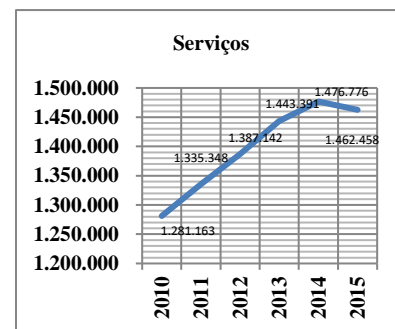
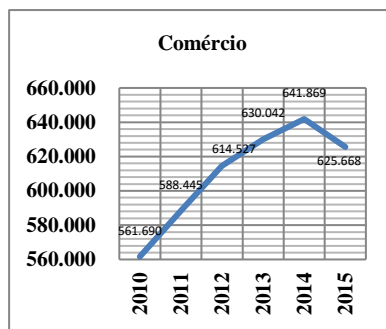
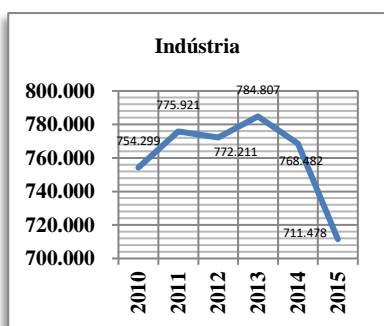
Essa tendência de crescimento do emprego até 2014 e queda em 2015 não é observada em todos os setores da atividade econômica. Ela ocorre, de fato, nos dois setores responsáveis pelo maior volume de empregos no mercado de trabalho: serviços e comércio. Conforme os Gráficos 2, 3 e 4, que identificam as tendências da curva do emprego na indústria, comércio e serviços, constata-se que comércio e serviços apresentam a mesma tendência, com pequenas variações entre esses dois setores. A queda do nível de emprego entre 2014 e 2015 foi mais acentuada no comércio e mais suave nos serviços.

⁶ Contabiliza-se, ainda, 4,8% de ocupados em atividades mal especificadas.

⁷ Nesse período, de 2010 a 2014, o Valor Adicionado Bruto (VAB) total do Rio Grande do Sul cresceu 9,8%. Vale salientar, no entanto, que 2014 já é um ano de desempenho negativo da economia gaúcha, o PIB tendo uma redução de 0,3%.

Já a indústria apresenta comportamento diferente. Nela, observa-se tendência de queda dos níveis de emprego já em 2012, com crescimento positivo em 2013 e queda nos anos seguintes. De fato, o setor industrial já vinha mostrando sinais da crise que se avizinhava e que repercutiu nos demais setores apenas mais tarde. **Na construção civil, perdas de empregos formais são observadas a partir de 2014, acentuando-se em 2015.**

Gráficos 2, 3 e 4 – Evolução Anual do Estoque de Emprego Formal, Vínculos Ativos em 31/12, Indústria, Comércio e Serviços, Rio Grande do Sul, 2010 a 2015.



Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

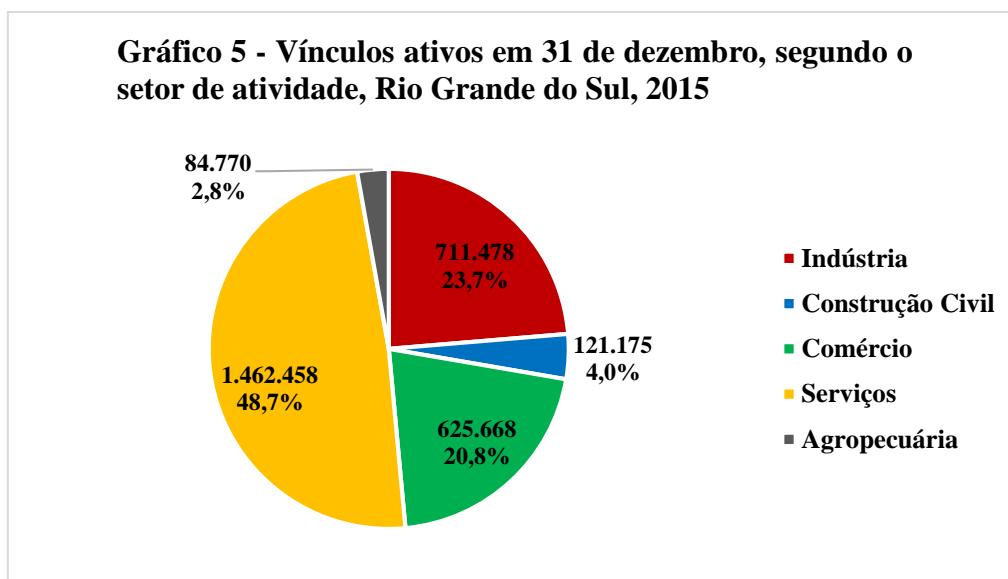
Do total de empregos formais extintos em 2015, que foi de 103.630 vínculos, a indústria respondeu por 55,0%, isto é, por 57.004 vínculos perdidos. Outros 16.325 vínculos já haviam sido eliminados em 2014, o que significa que entre 2014 e 2015, a indústria acumulou uma perda total de 73.329 vínculos, o que representa uma taxa de variação de -9,3% em relação ao estoque de 2013.

Os setores de comércio, construção civil e serviços também contribuíram significativamente para alimentar o saldo negativo daquele ano, além do destacado papel da indústria já registrado acima. Depois da indústria, o setor que mais contribuiu para o desempenho negativo do emprego em 2015 foi a construção civil, com um saldo negativo de 19.115 vínculos, seguido pelo comércio, com um saldo negativo de 16.201 vínculos, e os serviços, com um saldo negativo de 14.318 vínculos.

A agropecuária apresentou comportamento diferente, com aumento de vínculos nos anos de 2011, 2013 e 2015 e perdas em 2012 e 2014, gerando 2.635 empregos formais no período de 2010 a 2015. Mas, por se tratar de um setor que tem uma participação pequena na estrutura do emprego formal do Estado, o impacto sobre o estoque total é baixo.

Em 2015, considerado o estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro e sua distribuição segundo os setores da atividade econômica, conforme o Gráfico 5, observa-se que serviços concentram a maioria dos vínculos formais de emprego, 48,7% do total, aí incluída a administração pública que, isoladamente, é responsável por 15,4% desse estoque. A indústria responde por 23,4% do estoque de empregos formais, seguida pelo comércio que é responsável por 20,8% desse total. Finalmente, a construção civil e a agropecuária representam 4,0% e 2,8% do estoque total de empregos formais, respectivamente.

Gráfico 5 - Vínculos ativos em 31 de dezembro, segundo o setor de atividade, Rio Grande do Sul, 2015



Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

Quanto à distribuição do número de estabelecimentos e do número de vínculos segundo o tamanho dos estabelecimentos, observa-se, conforme a Tabela 4, que o maior número de estabelecimentos (182.963) está na faixa de até 4 empregados, correspondendo a 66,7% do total de estabelecimentos no Rio Grande do Sul. Esses estabelecimentos são responsáveis por 11,4% do estoque de vínculos de emprego em 31 de dezembro de 2015. Os estabelecimentos com até 49 empregados representam 97,4% do total de estabelecimentos e são responsáveis por 45,6% do total de vínculos de emprego.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos e número de vínculos ativos em 31 de dezembro, participação relativa e acumulada, segundo as faixas de tamanho dos estabelecimentos, Rio Grande do Sul, 2015.

Tamanho Estabelecimento	Nº Estabelecimentos			Nº Vínculos		
	Nº	%	% ac.	Nº	%	% ac.
De 1 a 4	182.963	66,7	66,7	342.097	11,4	11,4
De 5 a 9	45.727	16,7	83,3	298.537	9,9	21,3
De 10 a 19	25.645	9,3	92,7	343.328	11,4	32,7
De 20 a 49	13.051	4,8	97,4	387.178	12,9	45,6
De 50 a 99	3.629	1,3	98,8	249.740	8,3	53,9
De 100 a 249	2.186	0,8	99,6	335.599	11,2	65,1
De 250 a 499	676	0,2	99,8	232.402	7,7	72,8
De 500 a 999	336	0,1	99,9	237.458	7,9	80,7
1000 ou Mais	216	0,1	100,0	579.210	19,3	100,0
Total	274.429	100,0	-	3.005.549	100,0	-

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

Os estabelecimentos com 50 ou mais vínculos representam apenas 2,6% do total de estabelecimentos, mas respondem por 54,4% do total de vínculos ativos de emprego. Os maiores

estabelecimentos, aqueles que apresentam 1.000 vínculos ou mais, representam apenas 0,1% dos estabelecimentos e respondem por 19,3% do total de vínculos ativos de emprego. Esses dados revelam, portanto, uma estrutura bastante pulverizada, com uma presença elevada dos pequenos estabelecimentos tanto em quantidade como em número de vínculos.

Quanto ao perfil dos empregados por sexo, conforme o Tabela 5, constata-se que os homens são a maioria dos empregados, 53,7% do total, contra 46,3% de participação das mulheres. A participação feminina no trabalho assalariado formal no Estado do Rio Grande do Sul supera sua participação no conjunto do país, que é de 43,7%, em 2015.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos vínculos ativos segundo sexo, Rio Grande do Sul, RS, 2015.

Sexo	%
Homens	53,7
Mulheres	46,3
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

Quanto à faixa etária, conforme Tabela 6, observa-se que há uma expressiva participação dos adultos de 30 a 49 anos de idade, que representam 50,6% do total de vínculos. As categorias de jovens de 18 a 29 anos de idade também têm uma significativa participação no mercado formal de emprego, totalizando 29,5% do total de vínculos. A categoria de 50 a 64 anos de idade responde por 17,2% desse total. As pessoas com idade inferior a 18 anos e as pessoas de 65 anos ou mais de idade têm uma participação pouco significativa no mercado formal de emprego, de 1,6% e 1,2%, respectivamente.

Tabela 6 - Perfil dos vínculos ativos de emprego em 31 de dezembro, segundo faixa etária, Rio Grande do Sul, 2015.

Faixa etária	%
Até 17 anos	1,6
18 a 29anos	29,5
30 a 49 anos	50,6
50 a 64 anos	17,2
65 anos ou mais	1,2
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

Em relação à escolaridade, conforme Tabela 7, observa-se a expressiva participação das pessoas com ensino médio completo e nível superior incompleto. Essa participação atinge 48,2% do total de vínculos ativos de emprego. As pessoas com ensino fundamental incompleto, fundamental completo e ensino médio incompleto, somadas, têm também uma expressiva participação no estoque

total vínculos ativos de emprego, representando 33,4% do total. Finalmente, as pessoas com nível superior completo, também com presença significativa no estoque de empregos, representando 18,4% do total.

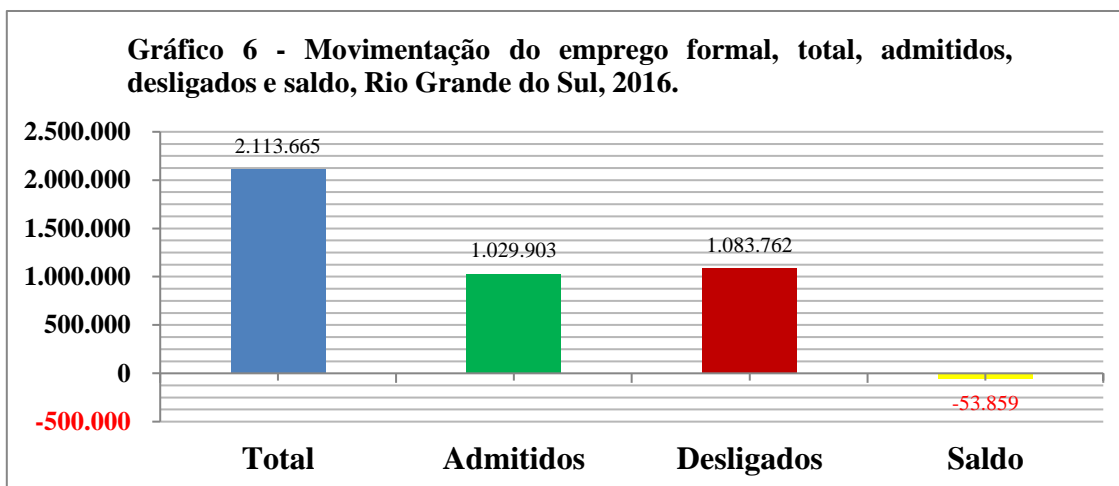
Tabela 7- Perfil dos vínculos ativos de emprego em 31 de dezembro, segundo escolaridade, Rio Grande do Sul, 2015.

Escolaridade	%
Fundamental incompleto	13,6
Fundamental Completo e Médio Incompleto	19,8
Médio Completo e Superior Incompleto	48,2
Superior Completo	18,4
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

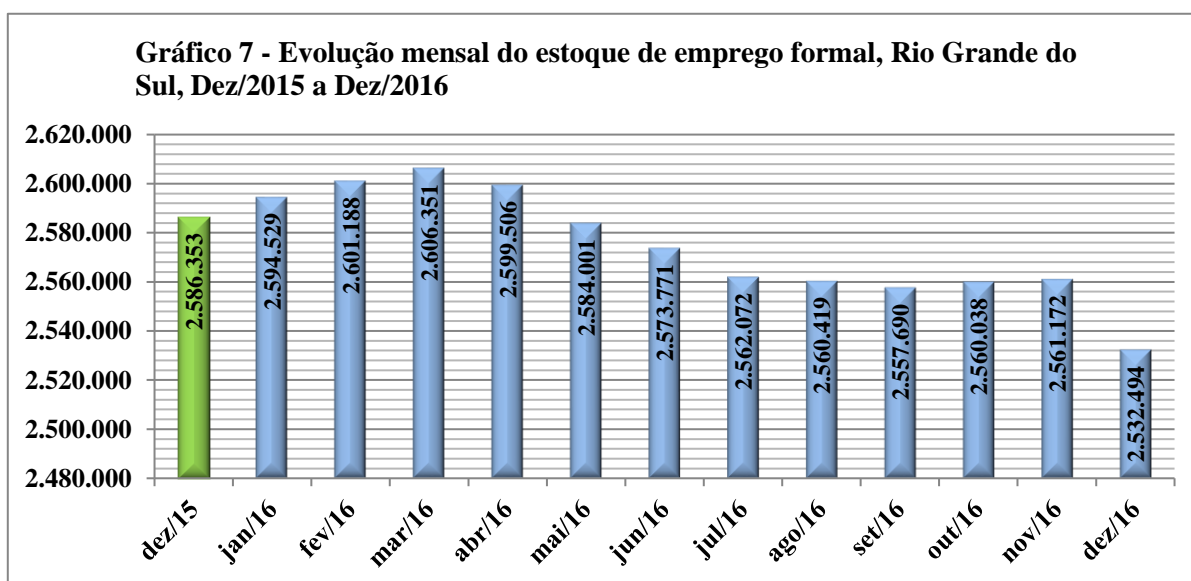
3. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb), em 2016, ocorreram, no Rio Grande do Sul, 2.113.665 movimentações, resultante de 1.029.903 admissões e 1.083.762 desligamentos, o que resultou num saldo negativo de 53.859 vínculos formais de emprego, conforme Gráfico 6.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

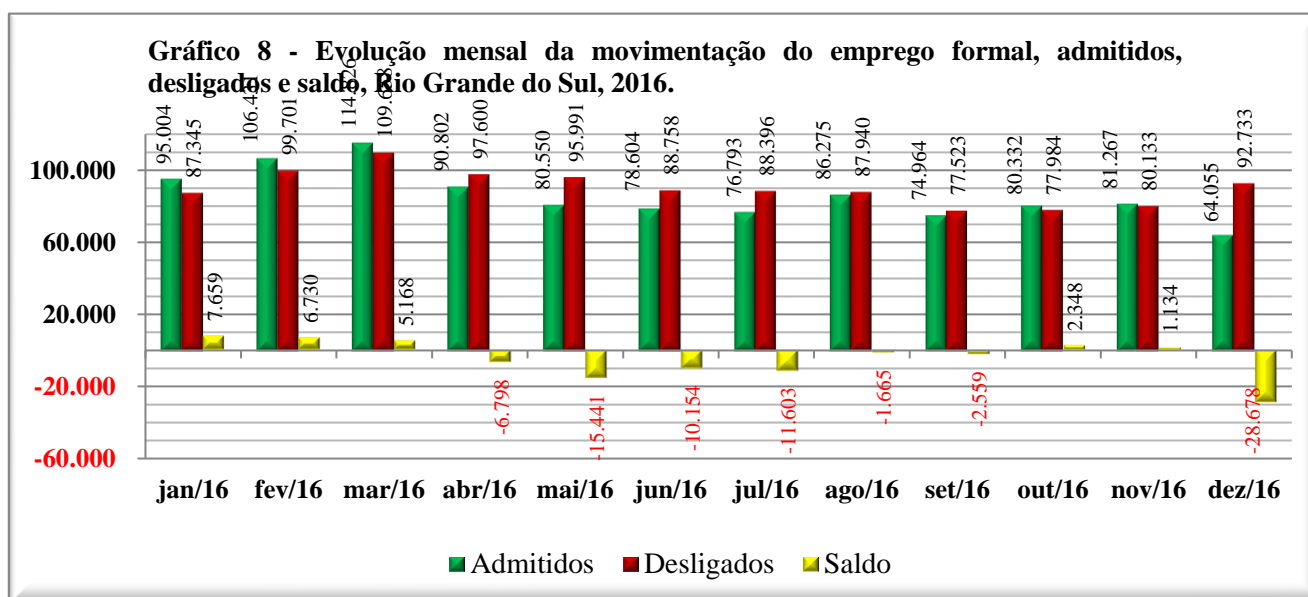
A variação negativa no saldo do emprego formal, em 2016, implicou em uma queda do estoque total de 2.586.353 vínculos, em dezembro de 2015, para 2.532.494 vínculos, em dezembro de 2016, conforme o Gráfico 7, significando uma variação do estoque total de vínculos formais celetistas de -2,1%.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observando-se o Gráfico 7, verifica-se que os estoques apresentam leve crescimento nos primeiros três meses do ano, com redução a partir de abril até setembro de 2016. Em outubro e novembro, o estoque cresce levemente, voltando a cair significativamente em dezembro.

Analisando-se o volume da movimentação em relação ao estoque total de empregos em 31 de dezembro de 2016, constata-se que o total dessa movimentação (admissões + desligamentos) corresponde a 83,5% do estoque. Já os volumes totais de admissões e desligamentos, considerados separadamente, correspondem a 40,7% e 42,8%, respectivamente, desse mesmo estoque total. Trata-se de níveis bastante elevados de movimentação do vínculo formal de emprego.

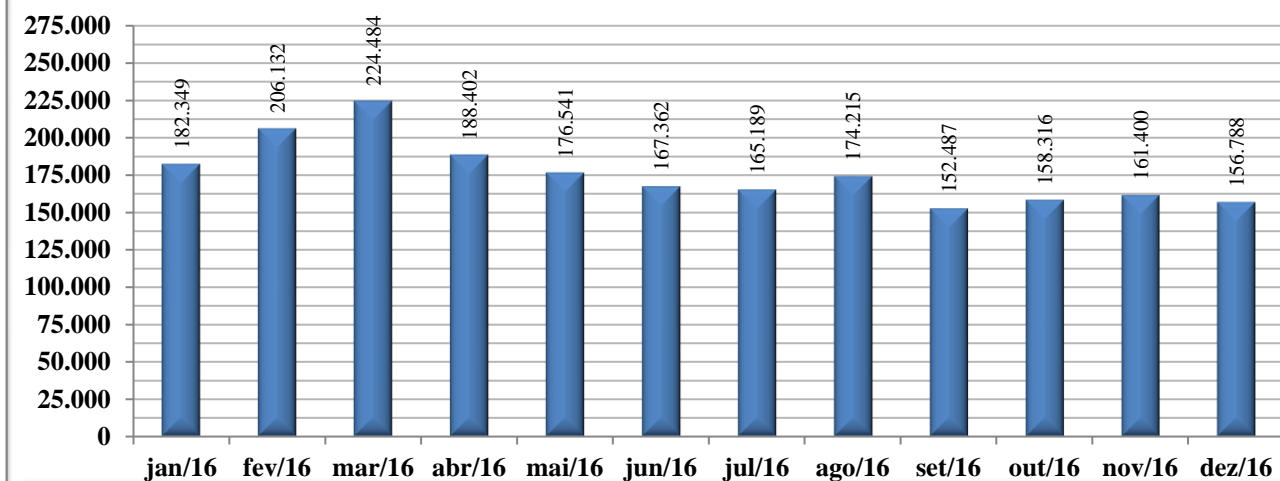


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Em relação à movimentação mensal dos vínculos formais de emprego, os dados do Gráfico 8 revelam que saldos negativos são observados na maioria dos meses do ano de 2016, destacando-se o desempenho negativo nos meses de dezembro (-28.678) e maio (-15.441). Em apenas cinco meses do ano, janeiro (+7.659 vínculos), fevereiro (+6.730 vínculos), março (+5.168 vínculos), outubro (+2.348 vínculos) e novembro (+1.134 vínculos), observa-se saldos positivos na movimentação do emprego formal, com ápice em janeiro.

Observa-se, igualmente, conforme o Gráfico 9, que o volume total da movimentação é maior nos meses de fevereiro, março e abril, com o ápice no mês de março. O volume de movimentação é mais baixo nos demais meses do ano, destacando-se o mês de setembro como aquele que apresenta o menor volume de movimentação.

Gráfico 9 - Evolução mensal da movimentação total do emprego formal, Rio Grande do Sul, 2016.

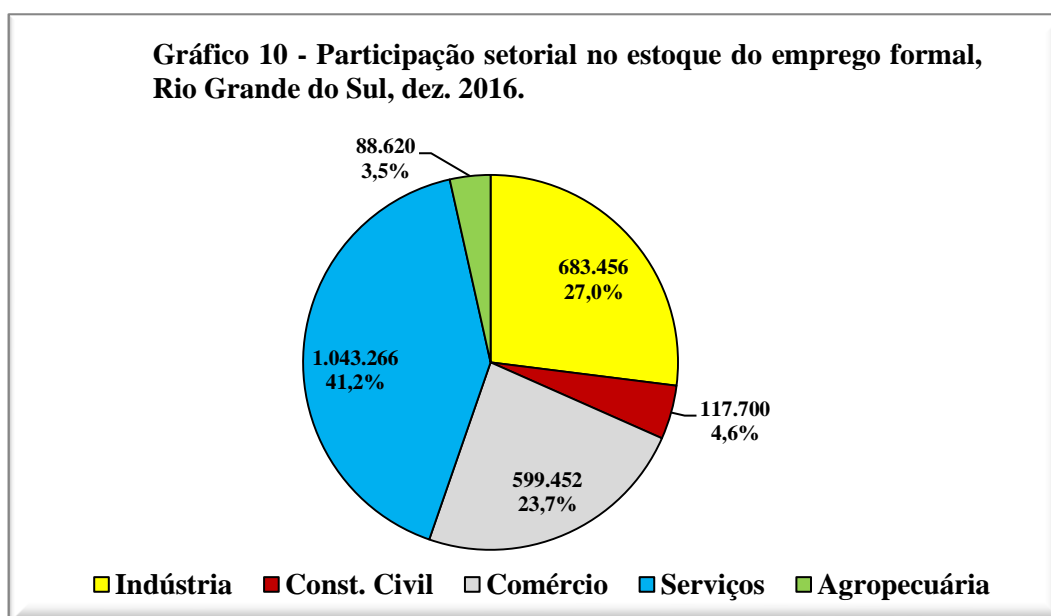


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

4. A ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO

Ainda segundo o CAGED, do estoque total de empregos celetistas (2.532.494 vínculos), em dezembro de 2016, 1.043.266 vínculos (41,2%) estão no setor de serviços, 683.456 vínculos (27,0%) na indústria, 599.452 vínculos (23,7%) no comércio, 117.700 vínculos (4,6%) na construção civil e 88.620 vínculos (3,5%) na agropecuária. Abaixo, no Gráfico 10, pode-se visualizar a participação dos grandes setores da atividade econômica (IBGE) no estoque total de empregos formais no Estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 10 - Participação setorial no estoque do emprego formal, Rio Grande do Sul, dez. 2016.

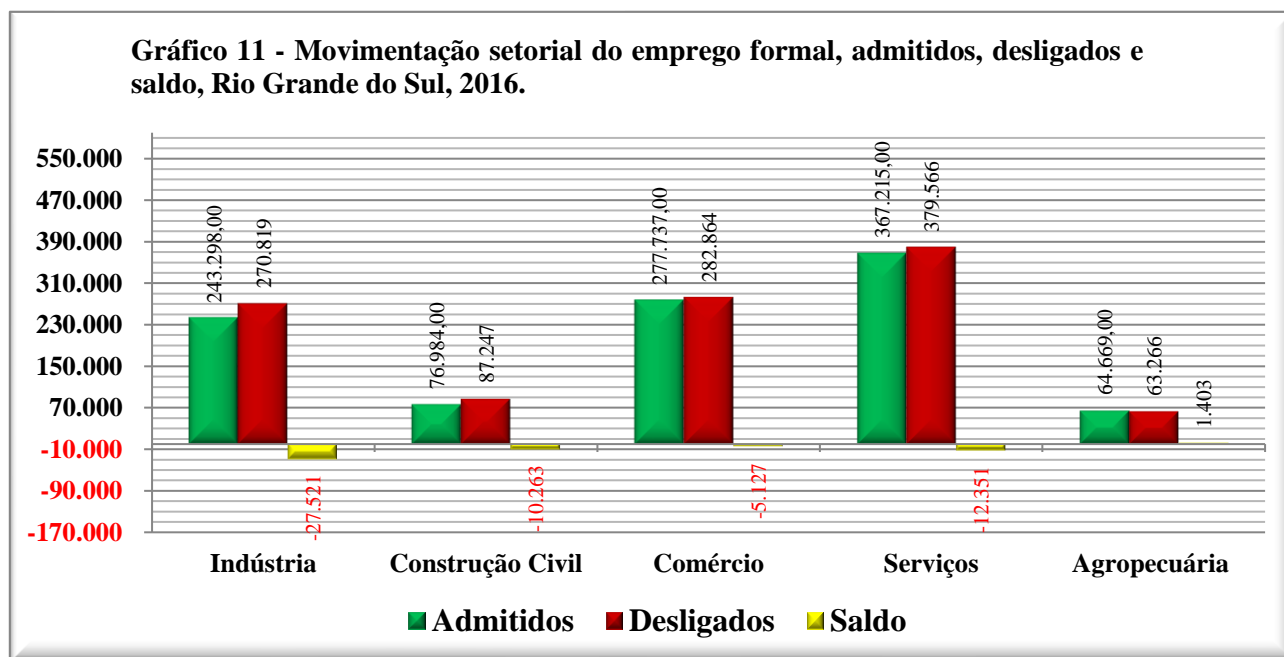


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

5. A MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

Em relação à movimentação do emprego nos grandes setores da economia, conforme o Gráfico 11, verifica-se que o maior volume de admitidos e desligados, no ano de 2016, está concentrado nos setores de serviços e comércio, respectivamente. Estes dois setores, juntos, representam 61,9% do volume total das movimentações ao longo do ano. No entanto, é importante afirmar que, também juntos, constituem 64,9% do estoque total de empregos formais celetistas.

No setor de serviços, observa-se 367.215 admitidos e 379.566 desligados no ano de 2016, resultando num saldo de -12.351 vínculos, o segundo maior saldo negativo do ano entre o conjunto dos setores. Os serviços respondem por 35,3% das movimentações e por 41,2% do estoque de empregos, o que revela uma participação na movimentação abaixo da participação no estoque.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

No comércio, observa-se 277.737 admitidos e 282.864 desligados, com saldo de -5.127, o quarto saldo negativo do ano, entre os grandes setores. O comércio responde por 26,5% da movimentação e por 23,7 do estoque de empregos. Ou seja, trata-se de um setor no qual a participação nas movimentações é maior que a participação no estoque.

A indústria teve o saldo mais negativo, -27.521 vínculos, consequência de 243.298 admissões e 270.819 desligamentos. A indústria responde por 24,3% das movimentações e por 27,0% do estoque, isto é, a participação da movimentação é menor que a participação no estoque. O terceiro saldo negativo foi o da construção civil, -10.263 vínculos, resultado de 76.984 admissões e 87.247

desligamentos. A construção civil responde por 7,8% das movimentações e por 4,6% do estoque, isto é, a participação nas movimentações é bem superior à sua participação relativa no estoque.

O único setor que finalizou o ano com saldo positivo foi o da agropecuária, com 1.403 vínculos, resultado de 64.669 admissões e 63.266 desligamentos. A agropecuária participou com 6,1% da movimentação do ano e por 3,5% do estoque, observa-se que a participação na movimentação é bem maior que a sua participação no estoque.

6. OCUPAÇÕES MAIS MOVIMENTADAS

Do total das 1.029.903 admissões observadas no Rio Grande do Sul, no ano de 2016, 602.822 (58,5%) ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de admitidos, conforme o Tabela 8. Analisando-se as ocupações, verifica-se que a de Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados correspondeu a 11,9% do total de admitidos, seguida da ocupação de Escriturários em Geral, Assistentes e Auxiliares Administrativos (7,2%) e da ocupação de Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações (4,9%), ou seja, essas 3 ocupações concentraram 24% das admissões.

Tabela 8 – Vinte ocupações mais admitidas, Rio Grande do Sul, 2016.

CBO 2002 Família	Admitidos	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	122.201	11,9
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	73.989	7,2
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	50.390	4,9
Alimentadores de Linhas de Produção	41.750	4,1
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	34.677	3,4
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	27.212	2,6
Ajudantes de Obras Civas	26.765	2,6
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	23.347	2,3
Porteiros, Guardas e Vigias	22.469	2,2
Almoxarifes e Armazenistas	21.767	2,1
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	19.189	1,9
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	18.328	1,8
Trabalhadores Polivalentes da Confecção de Calçados	18.212	1,8
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	17.346	1,7
Receptionistas	16.269	1,6
Cozinheiros	15.308	1,5
Magarefes e Afins	14.778	1,4
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	13.473	1,3
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	12.872	1,2
Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura	12.480	1,2
Total 20 ocupações	602.822	58,5
Total	1.029.903	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Do total de 1.083.762 desligamentos, observam-se que 600.853, isto é, 55,4%, ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de desligados, conforme a Tabela 9. Observando-se as três ocupações com maior volume de desligamentos, nota-se que são as mesmas que apresentam maior volume de admissões. Estas ocupações representam, respectivamente, 11,3%, 7,0% e 4,4% do total dos desligados. Portanto, são as ocupações que apresentam o maior volume total de movimentações.

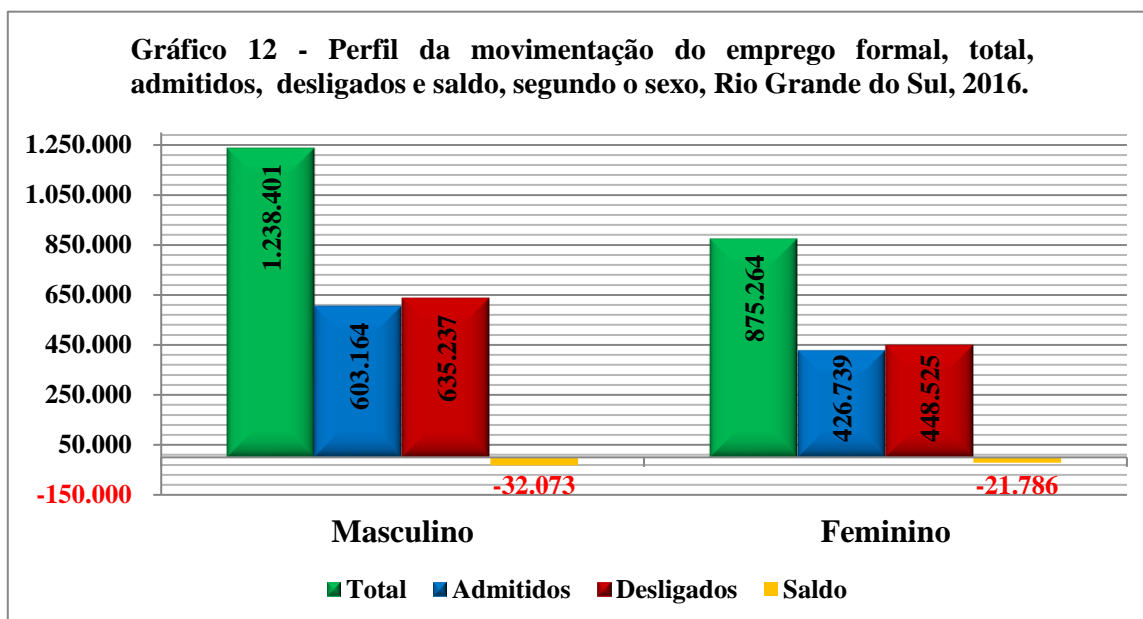
Tabela 9 – Vinte ocupações com mais desligamentos, Rio Grande do Sul, 2016.

CBO 2002 Família	Desligados	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	122.295	11,3
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	75.773	7,0
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	47.823	4,4
Alimentadores de Linhas de Produção	38.439	3,5
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	34.297	3,2
Ajudantes de Obras Cíveis	27.300	2,5
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	27.025	2,5
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	25.980	2,4
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	22.614	2,1
Porteiros, Guardas e Vigias	22.166	2,0
Almoxarifes e Armazenistas	21.785	2,0
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	16.978	1,6
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	16.609	1,5
Cozinheiros	16.598	1,5
Trabalhadores Polivalentes da Confecção de Calçados	16.512	1,5
Recepcionistas	15.562	1,4
Magarefes e Afins	14.694	1,4
Trabalhadores nos Serv. de Manuten. e Conserv. de Edif. e Logradouros	13.756	1,3
Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura	12.483	1,2
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	12.164	1,1
Total 20 ocupações	600.853	55,4
Total	1.083.762	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

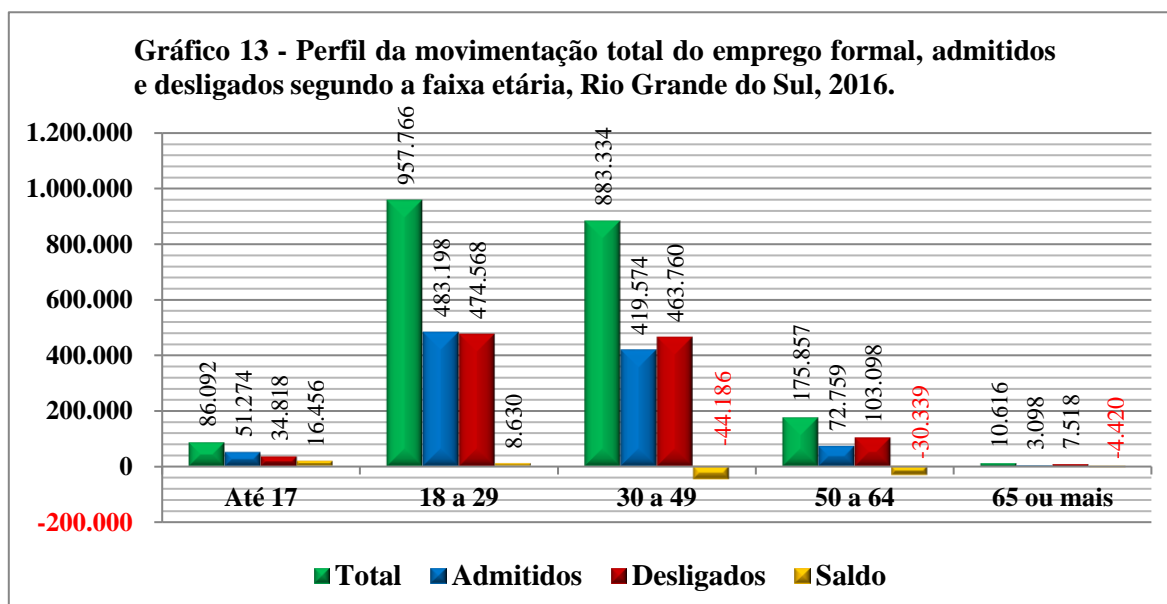
7. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS

Analisando-se o perfil das movimentações (admissões + desligamentos) segundo o sexo, conforme o Gráfico 12, observa-se que os homens constituem a maioria dos vínculos movimentados (1.238.401), correspondendo a 58,6% no total das movimentações. Já as mulheres representam 41,4% do total das movimentações, isto é, 875.264 vínculos.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se o perfil das movimentações segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 13, verifica-se que a maior parte dos empregados movimentados está na faixa etária de 30 a 39 anos, correspondendo a 27,3% dos vínculos. A segunda categoria de idade com maior participação é a dos jovens de 18 a 24 anos de idade, com 27,3% do total das movimentações. Os jovens de 25 a 29 anos e os adultos de 40 a 49 anos também têm uma participação expressiva, de 18,0% e 14,5%, respectivamente.

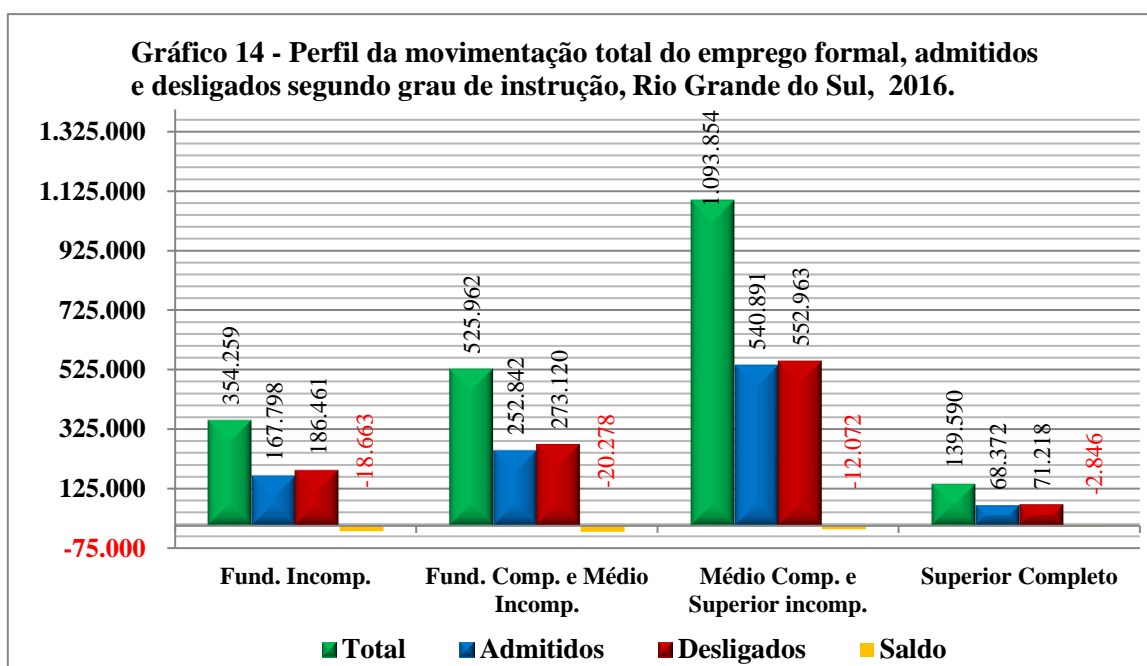


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

As pessoas de 50 anos ou mais e os menores têm uma participação bem menos expressiva nas movimentações. Na faixa etária de 50 a 64 anos, essa participação é de 8,3%. Para os menores até 17

anos de idade, essa participação é de 4,1% e para as pessoas de 65 anos ou mais de idade, essa participação cai para 0,5%.

Quando se analisa o perfil das movimentações segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 14, observa-se que a maior parte dos vínculos movimentados (1.093.854) é formada por pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, correspondendo a 51,8% do total. Em seguida, têm-se os empregados com ensino fundamental completo ou médio incompleto (525.962), que representam 24,9% do total da movimentação. Os empregados com ensino fundamental incompleto (354.259), isto é, que apresentam uma baixa escolaridade para os atuais padrões do mercado de trabalho, representam 16,8% do total, o que representa uma participação significativa.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Os empregados que possuem ensino superior completo (139.590), ou seja, que possuem uma escolaridade elevada, perfazem apenas 6,6% do total de vínculos movimentados. Nesse caso, a participação na movimentação está bem abaixo da participação dessa categoria no estoque total de empregos formais (RAIS), que é 18,4%, o que significa que esses trabalhadores estão mais protegidos da rotatividade típica do mercado de trabalho brasileiro. Em todas as demais categorias de escolaridade, a participação na movimentação está acima da participação no estoque total.

Quando se analisa a participação das diversas categorias de grau de instrução no saldo de empregos, constata-se, mais uma vez, que são também os empregados com nível superior completo os menos afetados pelos desligamentos, pois representam apenas 5,3% do saldo negativo total, abaixo da participação no estoque total (18,4%) e na movimentação total (6,6%). Os empregados com ensino

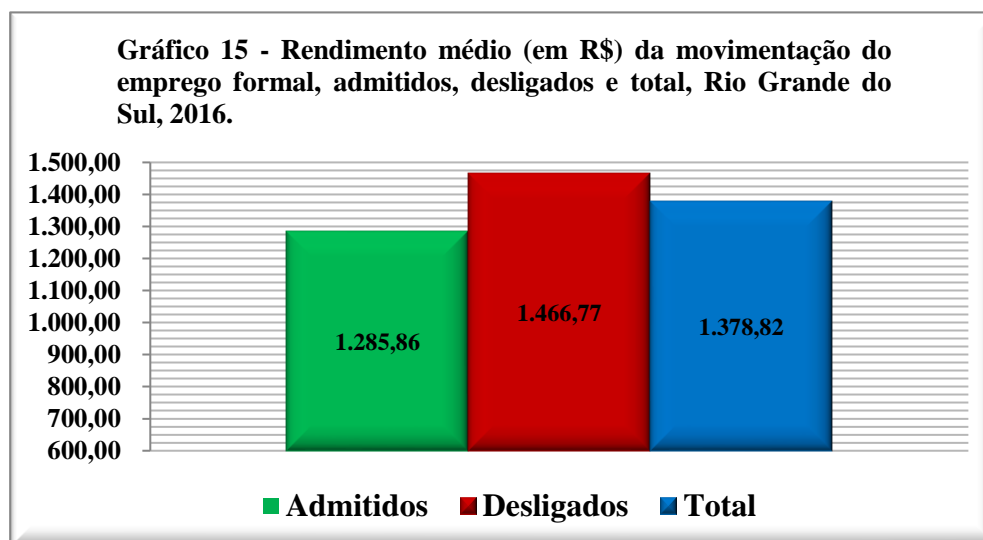
médio completo e superior incompleto, apesar de terem uma participação na movimentação (51,8%) acima da participação no estoque total (45,9%), apresentam, no saldo, uma participação de 22,4%, portanto abaixo da participação no total da movimentação.

As demais categorias com mais baixa escolaridade são, proporcionalmente, as mais afetadas pelas demissões. Tomadas em conjunto, elas perfazem 72,3% do saldo negativo, enquanto que representam 41,7% da movimentação e 33,4% do estoque total. Desta forma, esses dados indicam que os trabalhadores mais escolarizados estão sendo mais preservados nesse momento de crise, o que pode revelar uma importância cada vez maior que os empregadores atribuem à escolaridade na gestão do trabalho, mesmo até acima do custo salarial.

8. RENDIMENTOS DA MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

8.1. Rendimentos médios totais

Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos de emprego movimentados ao longo de 2016 no Rio Grande do Sul, observa-se, conforme o Gráfico 15, que o rendimento médio do total da movimentação era de R\$ 1.378,82. Observa-se, igualmente, que o rendimento médio dos desligados, de R\$ 1.466,77, era mais alto que o rendimento dos admitidos, de R\$ 1.285,86. Logo, o rendimento médio dos admitidos corresponde a 89,5% do rendimento dos desligados.



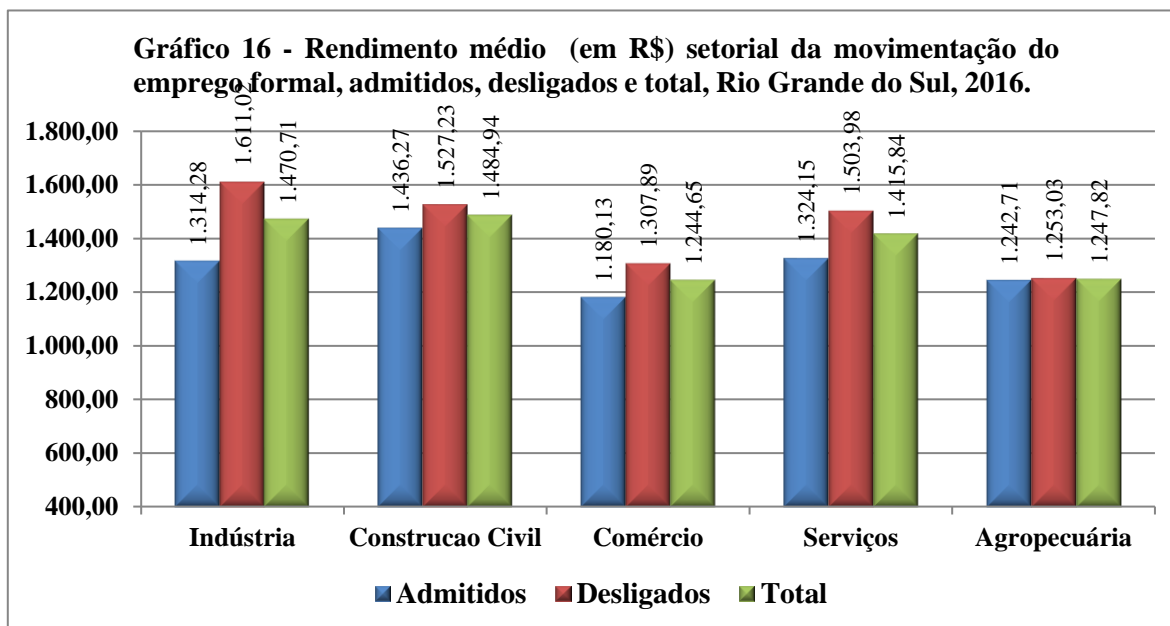
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

8.2. Rendimentos médios por setores

Observando-se os rendimentos médios por grande setor (IBGE) da atividade econômica, conforme o Gráfico 16, verifica-se que o maior rendimento médio é o da construção civil, de R\$ 1.484,94, e o menor é o do comércio, R\$ 1.244,65. Analisando-se a remuneração dos admitidos e

desligados separadamente, constata-se que os rendimentos médios dos admitidos são sempre inferiores aos dos desligados.

As maiores diferenças foram verificadas na indústria e nos serviços, onde o rendimento dos admitidos correspondeu a 81,6% e 88,0% do rendimento dos desligados, respectivamente. Já no setor da agropecuária e na construção civil, essa diferença mostrou-se menor, o rendimento médio dos admitidos correspondendo a 99,2% e 94,0 do rendimento dos desligados, respectivamente.

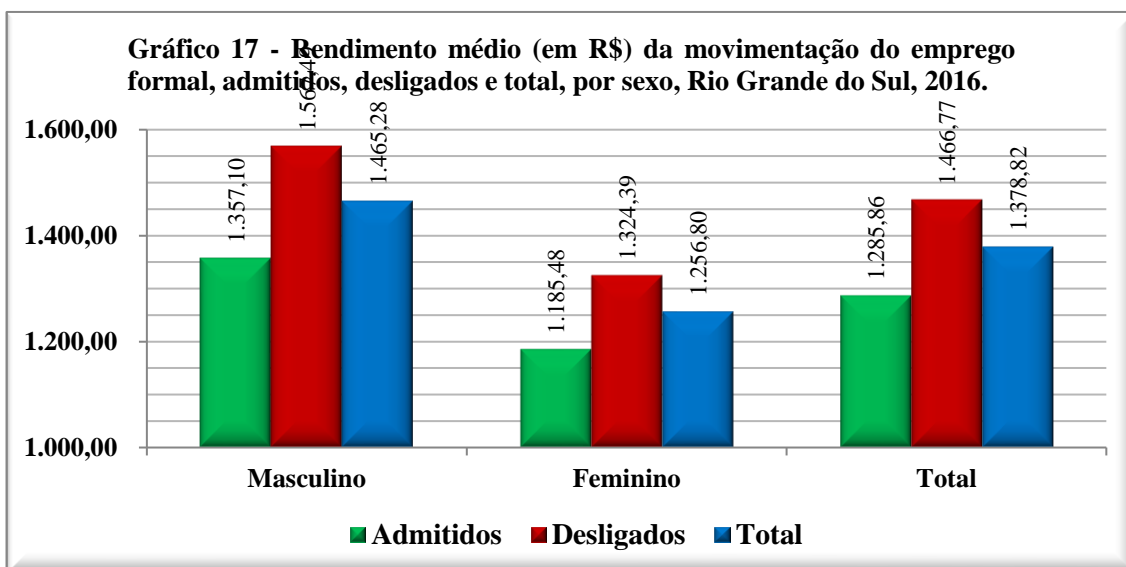


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

8.3. Rendimentos médios segundo o perfil dos trabalhadores

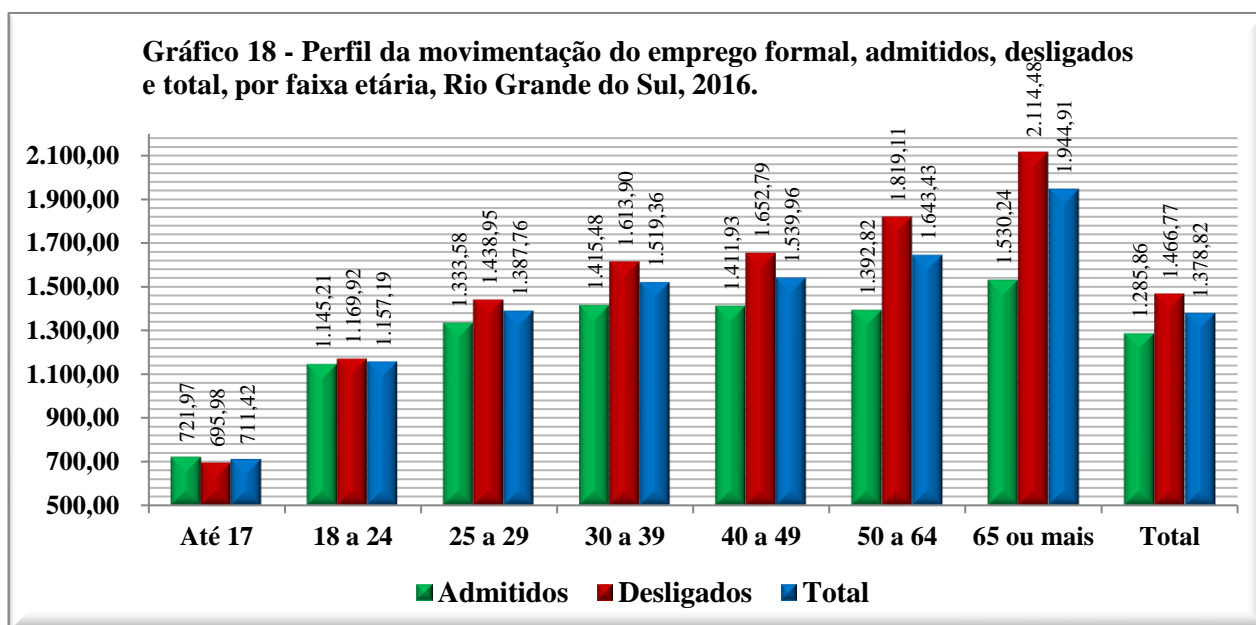
Analisando-se os rendimentos médios da movimentação segundo o sexo, Gráfico 12, observa-se que o rendimento masculino, de R\$ 1.465,28, é superior ao feminino, de R\$ 1.256,80, de forma que o rendimento médio feminino corresponde a 85,8% do rendimento médio masculino. Em ambos os sexos, o rendimento médio dos admitidos é inferior ao dos desligados.

Os rendimentos médios masculinos são também superiores aos femininos tanto entre os admitidos quanto entre os desligados. Entre os admitidos, a remuneração média feminina correspondeu a 87,4% da remuneração masculina e entre os desligados, essa diferença é maior, com a remuneração média feminina correspondendo a 84,5% da remuneração masculina.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se os rendimentos médios dos movimentados por faixa etária, Gráfico 18, verifica-se que as remunerações crescem na medida em que a idade avança. Os menores de idade apresentam rendimento médio inferior ao salário mínimo, de R\$ 880,00, em 2016. Nas primeiras duas faixas etárias, até 24 anos de idade, as remunerações são inferiores à remuneração média total, de R\$ 1.378,82. A remuneração média da faixa até 17 anos representa 51,6% da remuneração média total enquanto que na faixa de 18-24 anos a remuneração corresponde a 83,9% da média total dos rendimentos.

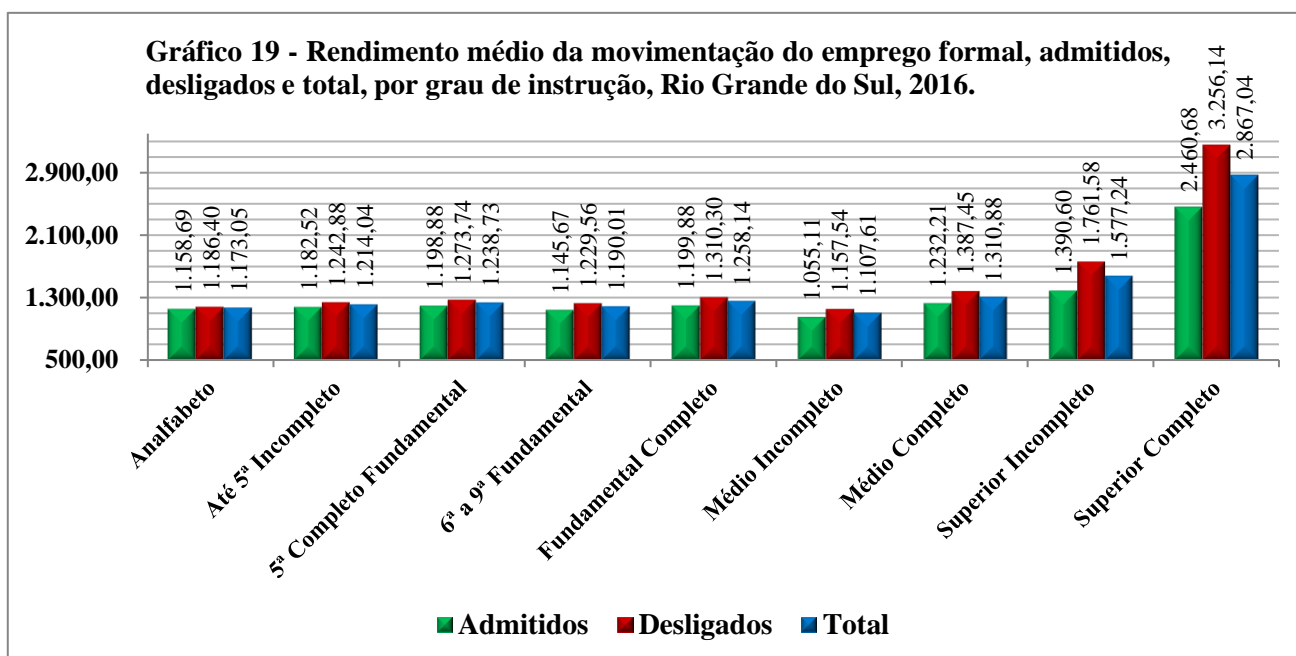


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

A partir da faixa de 25 a 29 anos, os rendimentos superam, crescentemente, o rendimento médio total, chegando a representar 141,1% do rendimento médio total na faixa dos 65 anos ou mais (R\$ 1.944,91). Observa-se que na primeira faixa etária (até 17 anos) o rendimento médio dos admitidos é levemente superior ao dos desligados. Já nas faixas seguintes os rendimentos dos admitidos foram inferiores ao dos desligados.

Desta forma, observa-se que conforme aumenta a idade, aumenta a diferença dos rendimentos médios entre admitidos e desligados, com a maior diferença na faixa acima de 65 anos, cujo rendimentos médios dos admitidos foi de 72% do rendimento médio dos desligados. Na faixa de 50 a 64 anos o rendimento médio dos admitidos foi de 77% do rendimento médio dos desligados.

Analisando-se os rendimentos médios das movimentações segundo o grau de instrução, Gráfico 19, constata-se que os maiores rendimentos são dos empregados que possuem ensino superior completo (R\$ 2.867,04) e incompleto (R\$ 1.577,24). Tratam-se das únicas categorias de escolaridade que apresentam rendimentos acima da média total (R\$ 1.378,82). De forma geral, os rendimentos crescem conforme aumenta o grau de instrução, tendo como exceções os rendimentos daqueles empregados com ensino fundamental incompleto 6º ao 9º ano (R\$ 1.190,01) e médio incompleto (R\$ 1.107,61), cujos rendimentos médios são inferiores às categorias imediatas de menor grau de instrução.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

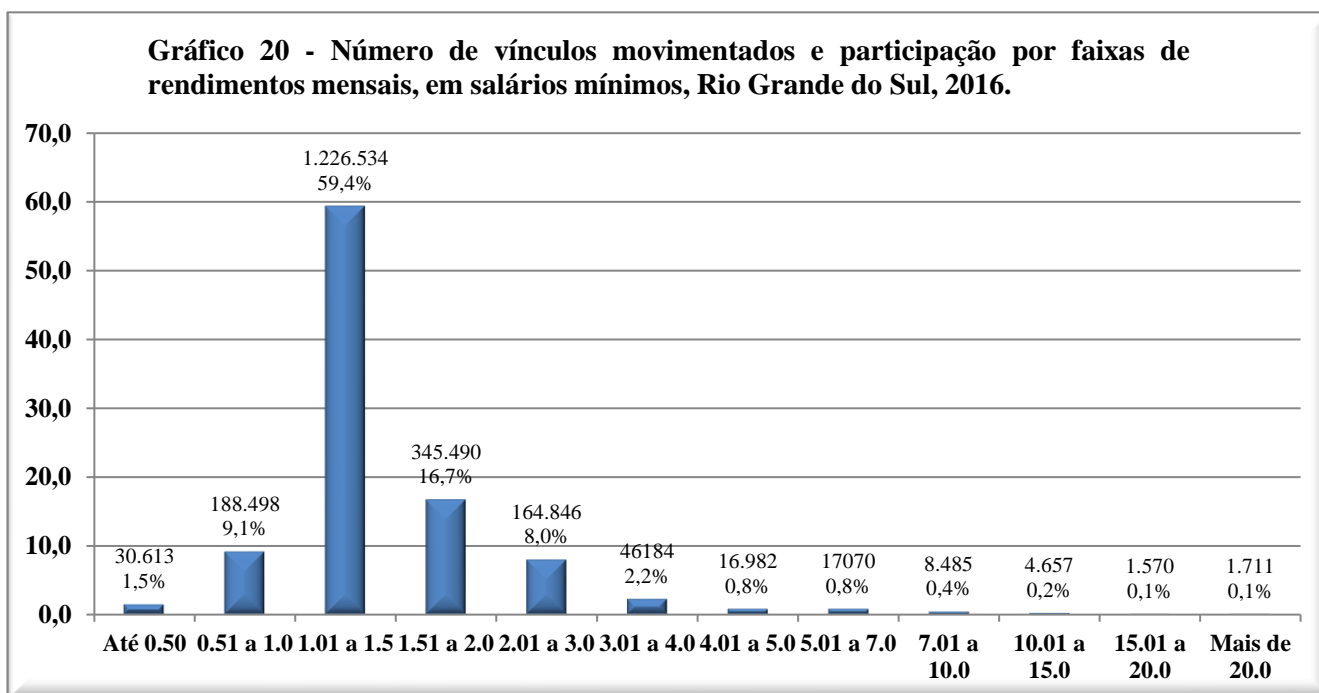
Em todas as categorias, os rendimentos médios dos desligados são superiores aos dos admitidos. Essa diferença cresce com o aumento do grau de instrução, sendo bastante elevada entre

os empregados com ensino superior, completo e incompleto. Entre os trabalhadores com ensino superior completo, onde essas diferenças são maiores, o rendimento médio dos admitidos corresponde a apenas 76% do rendimento dos desligados.

8.4. Faixas de rendimento das movimentações

Analisando-se os vínculos movimentados por faixas de rendimento, em salários mínimos, conforme o Gráfico 20, constata-se uma forte concentração dos mesmos nas faixas de rendimento mais baixas. Do total de vínculos movimentados, 59,4% concentram-se na faixa de 1.01 a 1.5 salários mínimos, quando se considera os rendimentos até 2.0 salários mínimos, atinge-se 86,7% dos vínculos movimentados.

A participação das faixas de rendimento mais elevadas no conjunto das movimentações mostra-se bastante baixa. Apenas 4,7% do total de vínculos recebem acima de 3 salários mínimos e, acima de 5 salário mínimos, essa participação cai para 1,6%. Já na faixa até 1 salário mínimo, alcança 10,6% dos vínculos movimentados.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

CONCLUSÕES

A análise dos dados apresentados ao longo deste Relatório conduz à proposição de duas ordens principais de conclusões. Uma primeira, de natureza mais estrutural e referindo-se a um período mais longo de desenvolvimento do mercado de trabalho (primeiros quatorze anos dos anos 2000, aproximadamente), e uma segunda, de natureza mais conjuntural, referindo-se às mudanças mais recentes, de curto prazo (últimos anos, especialmente anos de 2015 e 2016).

A análise dos dados e indicadores estruturais, tanto dos censos demográficos (IBGE) como da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), revelam, em nível estadual, as mesmas tendências observadas em nível nacional, isto é, de “desprecarização” dos principais indicadores de mercado de trabalho.

No período de 2000 a 2010 (e até 2014, aproximadamente), observa-se uma forte expansão da ocupação (+22,0%), sobretudo do emprego formal protegido (+45,2%), bem como uma forte redução do número de desempregados (-54,7%) e das taxas de desemprego (de 12,2% para 4,9%), acompanhados de uma redução das ocupações informais (-0,1%). Cabe salientar que essa dinâmica positiva se efetiva no contexto de uma economia que apresentou uma redução da participação do produto industrial (de 27,9%, em 2010, para 23,4%, em 2014) e um correspondente aumento da participação do produto em serviços (de 63,7%, em 2010, para 67,3%, em 2014).

Considerando-se, igualmente, que neste período houve uma importante valorização real do salário mínimo, pode-se concluir que, do ponto de vista do mercado de trabalho, ocorreu um importante processo de inclusão e integração social dos trabalhadores, provavelmente com efeitos positivos sobre o nível de consumo e a arrecadação do Estado.

Apesar disso, os sinais de vulnerabilidade e desigualdade no mercado de trabalho permaneceram marcantes nesse período. Ainda persistiram elevados níveis de informalidade, que afetavam quase 1/3 da população ativa gaúcha, em 2010, bem como de vulnerabilidade de parcelas da população ocupada, como menores, jovens e mulheres, cujas taxas de desemprego estavam bem acima da média. Ademais, os dados revelam uma significativa participação dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e dos trabalhadores não remunerados no mercado de trabalho estadual, categorias que, tradicionalmente, apresentam elevada informalidade.

Esse período virtuoso de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho dura até 2014, quando os sinais mais evidentes de crise atingem o mercado de trabalho no Brasil. De 2010 a 2014, o estoque de empregos formais cresceu 10,9%, segundo a RAIS. Essa situação, porém, não ocorreu de forma homogênea, uma vez que alguns setores, como indústria, construção civil e agricultura, apresentaram saldos negativos de emprego antes de 2014.

A situação na indústria é exemplar, nesse caso, pois o emprego no setor reduziu-se em 9,3% no período de 2013 a 2015, tendo sido perdidos 73.329 vínculos formais de emprego, segundo a RAIS. Do total dos 103.630 vínculos de emprego destruídos em 2015, a indústria representava 55%. Logo, a crise do emprego atinge centralmente esse setor de atividade no estado do Rio Grande do Sul.

Proporcionalmente, o impacto da crise sobre o comércio e os serviços mostra-se menor, uma vez que esses setores, apesar de responderem por 67,3% do produto interno bruto (em 2014) e por quase 70% dos empregos formais (em 2015, segundo a RAIS), responderam por apenas 29,4% do saldo negativo do emprego neste último ano (RAIS). Já em 2016, segundo dados do CAGED, esses mesmos dois setores, que respondem por 64,9% do estoque de empregos celetistas e por 61,9% do total da movimentação, respondem por 32,5% do saldo negativo daquele ano.

Esses dados indicam que a dinâmica de geração e destruição de empregos apresenta ritmos e tendências diferentes, conforme os setores da economia. Trata-se de um aspecto que merece aprofundamento analítico, sobretudo em sua abrangência local, na medida em que isso pode ter importantes consequências na formulação de políticas públicas de desenvolvimento e de geração de emprego e renda.

Assim sendo, é igualmente importante realizar esse monitoramento setorial do emprego na medida em que o isso permitirá acompanhar mais profundamente as peculiaridades da dinâmica econômica estadual, suas atividades tradicionais, seus arranjos produtivos, bem como políticas de fomento adotadas.

Outro aspecto importante a destacar é que os dados sobre as ocupações mais movimentadas revelam a tendência, sublinhada acima, de concentração das atividades econômicas no comércio e serviços, além de envolverem ocupações que apresentam baixo nível de qualificação. Um aprofundamento analítico sobre essa dimensão pode ter um importante efeito na definição de políticas de formação e qualificação profissional, bem como no aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra em nível local.

Ao mesmo tempo, observa-se que os dados sobre perfil dos vínculos e rendimentos revelam importantes desigualdades no mercado de trabalho local. Por um lado, é importante registrar que a crise econômica recente tem acelerado o desligamento de trabalhadores mais velhos, de homens e de trabalhadores menos escolarizados, o que pode estar associado, pelo menos em parte, à tentativa das empresas de reduzir custos salariais, mantendo preferencialmente em seus quadros jovens e mulheres, categorias que apresentam médias salariais mais baixas.

Por outro lado, a manutenção dos trabalhadores mais escolarizados pode estar associada, por sua vez, a outros fatores como à valorização da formação escolar e da produtividade em um contexto

profissional de aumento da necessidade dos trabalhadores lidarem com fluxos de informações, uso de novas tecnologias, atividades relacionais, etc., mesmo em ocupações mais simples.

No que concerne aos dados sobre rendimento, esses revelam que as movimentações se concentram nos vínculos e ocupações que apresentam níveis de rendimento mais baixos, o que expressa uma tendência geral do mercado formal de trabalho no Brasil que apresenta baixos níveis salariais. Em um contexto de crise, esse processo tende a se acelerar, como mostram os dados deste Relatório, na medida em que as médias salariais dos trabalhadores admitidos é mais baixa que a média salarial dos trabalhadores desligados.

Esse comportamento revela um importante mecanismo de redução de custos salariais, o que torna a rotatividade - traço característicos do mercado de trabalho brasileiro - uma importante ferramenta de redução de custos, mas com consequências negativas para empregadores e empregados em termos de preservação e ampliação das qualificações e competências profissionais.

Os dados revelam que as desigualdades salariais se expressam, ainda, de maneira marcante, quando se trata de sexo, idade e escolaridade, na medida em que homens, trabalhadores mais idosos e trabalhadores com nível superior de escolaridade apresentam médias salariais bem mais elevadas que as demais categorias.

As desigualdades setoriais se mostraram menos expressivas, o que revela a necessidade de aprofundar a análise a partir de dados menos agregados, uma vez que a agregação em grandes setores da atividade econômica pode esconder, de fato, desigualdades certamente significativas no mercado de trabalho em termos intrassetoriais.

Por fim, deve-se sublinhar que as conclusões apresentadas neste Relatório possuem, ainda, um caráter inicial e exploratório, exigindo o aprofundamento analítico sobre vários pontos abordados e a ampliação da análise para aspectos que não foram tratados. Com afirmado anteriormente em sua introdução, este Relatório é, antes de mais nada, um ponto de partida inicial para novas pesquisas e análises, bem como para o debate público e o diálogo com as políticas públicas e seus gestores.

NOTA METODOLÓGICA

A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se baseia na declaração mensal ao Ministério do Trabalho (MTb) prestada pelos estabelecimentos empregadores que informam as movimentações de vínculos empregatícios celetistas realizados no mês de competência da declaração, isto é, as admissões e desligamentos, bem como as informações básicas de caracterização do estabelecimento e de seus trabalhadores movimentados. Os dados do CAGED referem-se apenas aos empregos formais celetistas declarados, estando excluídos os empregos estatutários e os empregos e ocupações informais. É importante sublinhar, ainda, que estes dados estão sujeitos a ajustes, tendo em vista as declarações realizadas fora do prazo regular. Os dados apresentados neste boletim levam em consideração as declarações no prazo e as declarações fora do prazo, tendo sido levantados em 04 de abril de 2017. Os dados sobre remuneração levam em consideração apenas as declarações realizadas no prazo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – IFISP/UFPeI

Coordenador: Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Subcoordenador do Acordo de Cooperação UFPeI/MTb: Hilbert David de Oliveira Sousa

Bolsistas de Extensão: Agnes Martha da Silva e Franciely Costa Braga

Supervisoras em Pesquisa e Extensão: Ana Cristina Porto Fabres e Rafaella Egues da Rosa

Portal na internet: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial>

Fones: (53) 3284-5545 ou 99147-8158

E-mail: observatoriosocialdotrabalho@gmail.com